3025-307 Coimbra C.A.E.: 94110 N.I.F.: 503061913 Mat. 503061913 de 2000.09.13 em Coimbra Cap.: EUR 0

ATAS



14- 37
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas reuniu, na sede social do CEC – Conselho Empresarial do Centro/CCIC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro, a Assembleia Geral do CEC – Conselho Empresarial do Centro/CCIC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro, pessoa coletiva número cinco zero três zero seis um nove um três, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
1- Informações aos associados;
2- Apreciação, votação e aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Direção e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 2023;
3- Apreciação, votação e aprovação da Proposta de Aplicação de Resultados, apresentada pela Direção;
4- Apreciação, votação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024;
5- Outros assuntos de interesse para os associados (não deliberativo)
Presentes encontravam-se as seguintes Associações Empresariais, associadas do CEC/CCIC: AASE — Associação de Artesãos da Serra da Estrela, representada pelo Exmo. Sr. João Amaral; ACA - Associação Comercial de Aveiro, representada nos termos dos respetivos estatutos pelo Exmo. Sr. Arménio Bajouca; ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira, representada pelo Exmo. Sr. Carlos Couceiro; ACIB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa, representada pelo Exmo. Sr. Carlos Couceiro; ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa, representada nos termos dos respetivos estatutos pelo Exmo. Sr. Rogério Hilário; ACICF - Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão , representada pelo Exmo. Sr. Jorge Gaspar; ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, representada pelo Exmo. Sr. Nuno Lopes; ACILIS - Associação de Comércio Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria, representada pelo Exmo. Sr. João Aguiar; ACSP - Associação Comercial e Serviços de Pombal, representada pelo Exmo. Sr. João Aguiar; ACSP - Associação Empresarial Beira Alta , representada pelo Exmo. Sr. Horácio Mota Areia; ADES - Associação Empresarial do Sabugal, representada pelo Exmo. Sr. Daniel Simão; AEBB - Associação Empresarial da Beira Baixa , representada pela Exma. Sra. Ana Oliveira; AEC — Associação Empresarial de Cantanhede, representada pela Exma. Sra. Cristina Antunes; AECBP - Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, representada pelo Exmo. Sr. Daniel Simão; AEBB - Associação Empresarial de Poiares, representada pela Exma. Sra. Sílvia Pelham; AEL - Associação Empresarial de Lafões, representada nos termos dos respetivos estatutos, pelo Exmo. Sr. Paulo Sousa; AENEBEIRA - Associação Empresarial do Nordeste da Beira, representada pelo Exmo. Sr. Tomás Martins; AESE — Associação Empresarial do Nordeste da Beira, representada pelo Exmo. Sr. Rodrigues Marques; AIDA CCI Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, representada pelo Exmo. Sr. Fernando Cas
Assumiu a Presidência da Mesa da Assembleia Geral o Exmo. Sr. Tomás Martins, Presidente da Mesa, tendo sido coadjuvado na vice-presidência da mesa pelo Exmo. Sr. Renato Almeida e no secretariado pelo Exmo. Sr. Nuno Lopes
Confirmado o quórum, o Sr. Presidente da Mesa referiu estarem representadas 78,79% das associadas, nos termos do artigo vigésimo terceiro dos Estatutos, pelas respetivas presenças e representações. O Sr.

Tomás Martins declarou validamente constituída a reunião da Assembleia Geral, abrindo a respetiva sessão, em segunda convocatória pelas dez horas e trinta minutos. Informando que a convocatória foi

CEC-Conselho Emp.Centro/CCIC-Câmara de Com. e Ind.Centro Rua Coronel Júlio Veiga Simão 3025-307 Coimbra C.A.E.: 94110 N.I.F.: 503061913

3025-307 Coimbra C.A.E.: 94110 N.I.F.: 503061913 Mat. 503061913 de 2000.09.13 em Coimbra Cap.: EUR 0

Folha 17

ATAS

enviada dentro do prazo legal e lendo a Ordem de Trabalhos constante da mesma. O Sr. Tomás Martins abriu a Assembleia relembrando aos presentes que era o último ato a decorrer sobre sua tutela. Agradeceu o apoio prestado nos últimos anos em que foi presidente da Mesa do CEC/CCIC, esperando ter correspondido às expetativas dos presentes. Apelou ao bom senso dos presentes para que a Assembleia decorresse com urbanidade.

Ponto Um: O Exmo. Sr. Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Direção do CEC- Conselho Empresarial do Centro/CCIC-Câmara de Comércio e Indústria do Centro, que apresentou a atividade do ano de 2023, dando ênfase à continuidade da consolidação financeira do CEC, através da baixa do endividamento bancário e o foco no trabalho em projetos que trouxessem mais valias paras as Associadas, dando ênfase ao projeto Aceleradoras Digitais.

O Sr. Presidente da Mesa questionou se algum dos presentes tinha alguma questão ou esclarecimento sobre os assuntos abordados pelo Sr. Presidente da Direção.

Pediu a palavra o Sr. Horácio Mota, Presidente da ACSP, que transmitiu ter enviado uma carta a todas as associadas, querendo justificar o envio da mesma. Pois estando ausente das Assembleias do CEC há alguns anos por desinteresse e nunca ter ligado ao CEC, ficou estupefacto, quando recebeu a candidatura aos Órgãos Sociais presididos novamente pelo Sr. José Couto. Referiu que só recentemente teve conhecimento da ata nº 35. Pensa haver uma violação dos estatutos, pois os mesmos só preveem 3 mandatos de 3 anos, o que significa 9 anos com o mesmo Presidente e o Sr. José Couto está na direção desde 2010, o que perfaz 14 anos. Mas admitiu saber que foram apenas 2 mandatos até à presente data. Referiu que o Covid foi uma boa desculpa, para as eleições não serem marcadas, mas entende que já houve tempo para marcar. Informou que contactou outras associadas que entende estarem de costas voltadas para o CEC, falou com empresários do interior que dizem que o CEC não está presente. A Direção do CEC devia ser mais representativa. O Presidente do CEC devia ser representativo de uma Associação, não uma figura do mundo empresarial. Enviou a carta porque entende que as associações merecem ter um CEC mais forte e representativo. Há uma falha grave por parte do CEC que nunca pediu apoios para o comércio. O Sr. Horácio Mota terminou informando os presentes de que vai interpor uma providência cautelar ao ato eleitoral.

Tomou a palavra o Sr. Horácio Pina Prata, que começou por solicitar que lhe fosse disponibilizado todo o processo da tramitação das quotas dos sócios constituídos nas contas de cobrança duvidosa. Abordou a questão de não ter sido dado conhecimento da ata 35, referindo que a maior parte das pessoas não tinham conhecimento, sendo que um dos pontos, decididos em Assembleia, era de que se daria conhecimento da mesma aos associados, e o mesmo não foi cumprido. Levou a que essa associação, ACSP, só tivesse conhecimento agora. Foi dada uma emanação que ia ter impactos futuros, a nível estatutário. A maior parte do conteúdo, não foi conhecido pelos associados. Houve também a questão da remuneração dos Órgãos Sociais, que não podia ocorrer a não ser por deliberação da Assembleia Geral. O Sr. Horácio Pina Prata questionou se houve remuneração dos Órgãos Sociais durante o ano de 2023.

O Sr. Presidente da Mesa pediu ao Dr. Rogério Hilário que clarificasse a questão. O mesmo transmitiu que a sua remuneração era fruto de um contrato de trabalho, que surgiu na sequência de um convite para assumir as funções coordenador de projeto e não como fazendo parte dos órgãos sociais, situação anterior à ata nº 35. Com a alteração dos estatutos, aprovada passou a existir a possibilidade de remuneração nos termos dos mesmos.

Ponto dois: O Exmo. Sr. Presidente da Mesa, para Apreciação, votação e aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Direção e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 2023 concedeu a palavra ao Exmo. Sr. Rogério Hilário, que iniciou a sua apresentação referindo que o projeto das Aceleradoras é um projeto ganhador que permitirá distribuir, por 21 associadas, um justo valor pelo trabalho que irão efetuar a bem das Pequenas Empresas e das Associações. Quanto à diminuição do endividamento tem a ver com a

3025-307 Coimbra C.A.E.: 94110 N.I.F.: 503061913 Mat. 503061913 de 2000.09.13 em Coimbra Cap.: EUR 0

ATAS



olha 18

gestão dos recursos dos projetos com o cash flow gerado dos serviços CCIC. Permanece ainda parte da dívida para com a ACILIS, bem como a dívida com o IAPMEI. O quadro de pessoal tem-se mantido flexível, quando acabam os projetos para que foram contratados são alocados a outros projetos em curso. Quanto a remunerações pagas pelo CEC, só são dos trabalhadores, esclarecendo que quando foi desafiado para vir para o CEC, foi convidado como trabalhador, enquanto coordenador de projeto. Muitos dos projetos que o CEC está a tentar captar, está a tentar ir diretamente a Bruxelas concorrendo em consórcios internacionais. O CEC vai continuar a ter formação-ação. Quanto ao processo de cobrança de quotas do qual a direção foi incumbida, todas as associadas com quotas em dívida receberam um ofício das quais só quatro não responderam. O Sr. Rogério Hilário fez uma breve apresentação do balanço e das contas, já que as mesmas foram remetidas aos presentes.

Tomando a palavra o Sr. Lino Ferreira, confirmou que a divida para com a ACILIS foi parcialmente paga. Considera não ter havido lisura da parte do Sr. José Couto para com a ACILIS, quando foi comentar para um gabinete ministerial que a ACILIS, não tinha capacidade para estar nas Aceleradoras. Quanto às Aceleradoras a ACILIS considera que não houve critério a escolher as associadas, o projeto foi feito só para algumas. O CEC neste momento é um clã. Apela a que haja democracia. É contra a forma como estão a ser conduzidas as coisas. Tem de haver liberdade. A representatividade traduz-se em "só dois é que falamos".

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Horácio Pina Prata, que afirmou gostar de ver esclarecidos os critérios de porque é que a ANJE e o NERC foram constituídos como incobráveis, e é com base nesses critérios que vai tomar as ações que achar necessárias. Foi um ato discriminatório. Segunda questão, a direção propôs uma alteração estatutária, na altura devidamente enquadrada. A legitimidade da direção foi até finais de 2020, depois disso não houve nenhuma deliberação desta assembleia para que os órgãos continuassem em funções. Outra questão decidida por esta assembleia foi a não remuneração dos órgãos sociais, a não ser que submetida pela direção à aprovação da assembleia. Continuou questionando diretamente o Sr. Rogério Hilário de quando é que houve uma proposta da Direção à Assembleia para a sua remuneração, afirmando que não houve proposta nenhuma e que a assembleia tinha sido clara na sua decisão. A questão é que tem de haver transparência e como tal porque é que desde 2020 não se solicitou a esta assembleia a prorrogação dos órgãos sociais, ou seja, a direção durante este tempo fez uma proposta de deliberação estatutária sem legitimidade para o fazer. Porque é que a direção de uma forma transparente e clara não é democrática, aproveitando para reafirmar o seu apreço pelo trabalho realizado pelo Sr. Rogério Hilário em prol do CEC.

O Sr. Rogério Hilário informou já ter respondido a essa questão, que se trata de um contrato de trabalho como coordenador de projeto. _____

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa leu o parecer favorável do Conselho Fiscal à aprovação Relatório e as Contas do exercício de 2023 e a respetiva proposta de aplicação de resultados. O Relatório foi colocado a votação e aprovado por maioria, com três votos contra das associadas ACSP, ACILIS e NERC.

O Sr. Horácio Pina Prata solicitou ao Sr. Presidente da Mesa, para fazer sua declaração de voto transmitindo que o seu voto contra a aprovação de contas se baseou nos seguintes factos: remuneração atribuída pelo CEC ao Vice-presidente Sr. Rogério Hilário, que fere o decidido estatutariamente relativamente à remuneração dos órgãos sociais e relativo à incompatibilidade de interesses e a constituição dos saldos de cobrança duvidosa de duas associadas, incluindo a associação a que preside, a NERC.

Ponto três: O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia apresentou a proposta da Direção para a aplicação de resultados, propondo que o resultado positivo de 22.462,08€, vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e dois euros e oito cêntimos, seja transitado para o exercício seguinte. Submetida a votação, a proposta da Direção foi aprovada por maioria, com três votos contra das associadas ACSP, ACILIS e NERC. ______

O Sr. Horácio Pina Prata informou que a sua declaração de voto é a mesma transmitida no ponto anterior.

3025-307 Coimbra C.A.E.: 94110 N.I.F.: 503061913 Mat. 503061913 de 2000.09.13 em Coimbra Cap.: EUR 0

ATAS



olha 19

Ponto quatro: O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. José Couto que explicou aos presentes que o Plano de Atividades não tem de ser votado, pois como o nome indica é um plano passível de alterações todos os meses. Usando da palavra o Sr. Rogério Hilário, afirmou que o plano tem de estar sempre em aberto. Abordou o EEN no sentido de criar algumas antenas com as Associações, iremos fazer o convite. O Biomath vai finalmente no próximo mês reverter resultados para as empresas portuguesas, com a instalação da ferramenta que foi criada. Mais uma vez esta tarefa tem de ser passada para as associações para indicarem ao CEC empresas onde possa ser instalada esta plataforma. Nas. Aceleradoras era importante que o catálogo digital já tivesse chegado às empresas. O QI encontra-se atualmente em negociações. A candidatura foi feita numa perspetiva de angariar mais empresas para a Região Centro, tentando maximizar o orçamento disponível. No Emprego+Digital foi tentada uma experiência com Lisboa e Vale do Tejo, a verificar-se como corre. Está a ser trabalhada uma plataforma com o objetivo de ser disponibilizada às associações. O CEC está a trabalhar o SIAC da internacionalização bem como trabalhará todos aqueles que possam vir a ser considerados interessantes para as associações. O orçamento foi feito de uma forma previsional. No ano de 2024 pretende-se chegar aos 80.000,00€ de resultados em função do que seja a evolução dos projetos. __ O Sr. Presidente da Mesa questionou se havia alguém que quereria colocar alguma questão. O Sr. Lino Ferreira perguntou se os SIACS eram abertos a associações do CEC ou a todas as associações que quisessem concorrer. _ O Sr. Rogério Hilário explicou que seria uma questão de colocar a candidatura no terreno e depois captar o máximo de retorno possível. O CEC trabalha para as associadas e para o tecido empresarial que as associações representam. Ponto cinco: o Sr. Presidente da Mesa questionou se havia alguém que quisesse usar da palavra. O Sr. Lino Ferreira tomou a palavra, afirmando que gostava que as eleições tivessem sido feitas com mais clareza. Também não concordou como foi feita, em sistema "à la carte" a reforma estatutária. Gostaria que o CEC estivesses mais próximo das associações, mais interventivo. O CEC tem de ser para todos. Este ato eleitoral fica ferido, por ser feito tardiamente. Deviam estar todos aqui a defender o tecido da região. No pouco tempo que o Sr. Mota Areia se mexeu verificou que ninguém se revê no CEC.É em assembleia que tem de ser ver o que se quer para o futuro do CEC. Não está a ser feito de uma forma clara. O Sr. Lino Ferreira não se revê no ato eleitoral e responsabilizou as associações que ficaram a seguir para votação, pelo futuro do CEC. _ Fazendo uso da palavra o Sr. João Marques afirmou parecer que nesta assembleia quem não se pronuncia, está contra o CEC. O facto é que há pessoas que concordam e outras que não concordam. Não é pelo facto de estarem calados, que as pessoas estão num grupo à parte. Isso é no mínimo desrespeitoso. Referiu não ser admissível que associados se juntem num grupo à parte para dizer mal do CEC. Aproveitou para dar os parabéns à Direção pelo trabalho que tem sido feito pelo CEC. Pela redução do passivo, pela promoção de iniciativas e o envolvimento das Associações. Saudou a direção cessante pelo trabalho que realizou que foi muito positivo. A AECBP não se sente privilegiada, porque lhes são lançados desafios aos quais tentam responder. Quanto às eleições, como membro da lista candidata, questionou o Sr. Presidente da Mesa se havia alguma irregularidade ou impedimento com a mesma, uma vez que são alegadas por outros irregularidades, sem, no entanto, ninguém referir quais são e se lhe tinha chegado

alguma missiva por parte das associadas a manifestar o seu descontentamento com o CEC.

O Sr. Tomás Martins, informou que nos últimos três anos foram poucas ou nenhumas as missivas que recebeu como presidente da Assembleia. Manifestou preocupação com os colegas da mesa quando tomou conhecimento da carta envida pelo colega da ACSP, tendo pedido um parecer a um jurista externo,

3025-307 Coimbra C.A.E.: 94110 N.I.F.: 503061913 Mat. 503061913 de 2000.09.13 em Coimbra Cap.: EUR 0

ATAS

Folha 20

e não à jurista do CEC, Dra. Maria Luísa Moreira, por uma questão de transparência. O jurista reuniu com a Comissão Eleitoral e foi-lhe disponibilizada toda a documentação solicitada para elaboração do parecer, o qual foi remetido a todos, mantendo-se disponível para todos. A lista estava instruída conforme os Estatutos e o Regulamento Eleitoral. Foi levantado um problema com uma associação, um documento com uma assinatura digital qualificada. A Comissão Eleitoral analisou documento a documento. O Sr. Presidente apelou à presença de todos. Apraz ao Sr. Presidente transmitir que estão na Assembleia vinte e seis associadas de trinta e três. Tomando a palavra a Sra. Ana Palmeira transmitiu que acompanha o CEC há 2 anos. Foi feito um esforço para que as necessidades básicas fossem garantidas, para se chegasse ao topo. As contas estão equilibradas. Deixou uma palavra de apreço àqueles que terminam funções e agradeceu o convite que lhe foi endereçado para fazer parte da lista. O CEC pode contar com a AEBB. Quanto às questões levantadas em relação a estas eleições, lembra que todos tiveram oportunidade de criar iniciativas. Não era novidade que la haver eleições, não foi ontem, é sabido há mais de um ano, não sendo aceitável que se levantem questões nesta fase. Transmitiu que ficou preocupada com a carta da ACSP e consultou o jurista da AEBB, que comunicou que não há conteúdo ilegal no procedimento do CEC e nas questões levantadas pela carta. Sr. Horácio Pina Prata quis expressar o seu reconhecimento aos Órgãos Sociais cessantes pelo trabalho realizado, em especial ao Sr. Tomás Martins pela objetividade e transparência demonstradas enquanto presidente da mesa. Continuou defendendo que é nas Assembleias que se deve falar. Não se revê noutro entendimento. Da parte do NERC vão ter um procedimento de ausência. Na ausência de outros assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, pelo Exmo. Sr. Presidente Mesa da

Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata, que foi subscrita pelos membros da Mesa.

